ANÁLISE DA CRISE BANCÁRIA DURANTE O PLANO REAL

Lucas Lázaro Rocha Vale¹

Dr. Artur Gilberto Gárcea de Lacerda Rocha.²

RESUMO

Este trabalho avalia as mudanças no setor bancário, que foram operacionalizadas após a institucionalização do Plano Real no ano de 1994 e o conseqüente controle da hiperinflação, que era, até então, uma das principais fontes de lucros do setor. Este estudo tem como objetivos, entender os efeitos da implementação do Plano Real no setor bancário, bem como as medidas que foram tomadas pelo setor no sentido de estabilizar o mercado financeiro após sua implementação. Este projeto é de caráter descritivo, pois teve como um dos métodos utilizados para coleta de dados para o estudo, as pesquisas qualitativas e quantitativas desenvolvidas através de pesquisas bibliográficas, que pode ser tratada como uma ferramenta metodológica utilizada para envolver o projeto ao redor de diversos assuntos e pesquisas diferentes, ajudando a formar o mesmo.

Palavras-chave: Plano Real. Reestruturação bancária. Sistema Financeiro Nacional

1 INTRODUÇÃO

Durante meados da década de 1980, o Brasil vivia uma hiperinflação que prejudicava diversos setores econômicos ao redor do país. Contudo, mesmo com essa situação, essas altas taxas inflacionárias acabaram por impulsionar e trazer uma extrema lucratividade ao setor bancário brasileiro durante esse período, pois bancos e instituições financeiras obtinham do *floating* (receita inflacionária) como fonte primária de renda.

Cada plano econômico, ou nova moeda instituída na História do Brasil, trouxe uma série de eventos, onde diversos setores socioeconômicos precisaram se adaptar e readaptar continuamente. Com o Plano Real, de forma mais direta, houve uma consequência mais notória para a necessidade de uma revisão na forma de operações dos bancos que operavam no Brasil, eles estavam vivendo com um conflito mais desafiador em busca por novas formas de obter lucratividade.

Com a execução do plano real em junho de 1994, o país foi conduzido a fortes mudanças econômicas, especialmente para o setor financeiro, que com a perda das receitas advindas da hiperinflação presenciou diversas instituições bancárias privadas ou públicas

¹ Formando em Ciências Econômicas pela Faculdade ESUDA.

² Professor orientador do TCC.

acabarem por serem levadas a falência nos anos posteriores a implementação do plano, como por exemplo: o banco Nacional; banco Banespa; banco Bamerindius; banco Seller, entre outros.

Desse modo, o país necessitava urgentemente de uma reestruturação e planejamento no Sistema Financeiro Nacional (SFN) que acabou por trazer novas propostas como resposta para a substituição do *floating*, deixando os bancos dependentes de uma nova política creditícia urgente. Logo, analisando de maneira mais intensa, de que modo ocorreu a crise bancária e como essa reverberou nas falências das instituições financeiras?

Portanto, este artigo utilizará como análise, um levantamento a partir de 1988 até 1993, por conta da política de desconcentração bancária e de bancos múltiplos da época, tanto quanto analisará as medidas de combate a crise propostas pelo Sistema Financeiro Nacional após 1994 com os planos PROER³ e PROES⁴.

Tendo assim, como enfoque, demonstrar como o setor bancário reagiu a essa nova reestruturação em seus setores, sendo eles o público, privado e o estrangeiro, presentes no mercado nacional.

Nenhum banco morre de repente, e com a falência imprevisível de diversas instituições que influenciaram o futuro de todo um país, é preciso trazer à importância de aprender com os erros antigos para assim prevenir novas crises, a fim de oferecer a população e ao sistema financeiro uma verdadeira segurança e solidez, após a maior crise bancária da história do país. Mesmo quando o cenário de aprendizado não reside só em erros, mas também em evoluções sociais e tecnológicas, que envolvem o contexto bancário, é preciso observar a necessidade de uma atenção constante além de um dinamismo competente, para que as instituições bancárias não necessitem fechar as portas ou se percam no tempo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Reforma Bancária de 1988 e seus efeitos no Sistema Bancário

Com a reforma bancária de 1988 feita pelo Conselho Monetário Nacional, foi definida uma política de bancos múltiplos que extinguiu a exigência de carta-patente para a criação dos

³ PROER se refere ao Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, voltado ao setor privado e elaborado em 1995.

⁴ PROES é o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária feito em 1997.

mesmos e trazia também uma nova política de desconcentração bancária, que segundo Almeida (1997), tinha como propósito expandir a competitividade no setor bancário, gerar economia, quebrar o oligopólio dos bancos e reduzir custos. A Resolução nº 1524/88, apresentava alguns pontos principais tais como, processos de fusão, incorporação, transformação ou constituição direta a partir da autorização do Banco Central do Brasil.

Indo mais a fundo, o Banco Central do Brasil (BACEN) modificou a estrutura de inúmeras instituições brasileiras, como os bancos de investimento, bancos comerciais, sociedades de crédito e de crédito mobiliário e outros, fazendo com que se tornassem assim, parte de uma única instituição financeira, onde as mesmas passariam de condicionadas e restritas, para possibilitadas de oferecer todos os serviços financeiros em território nacional, sendo adequadas pelo Sistema Financeiro Nacional, mesmo com suas diferenças.

O crescimento no Sistema bancário brasileiro público após a reforma se tornou eminente, mesmo o país passando por algumas crises e instabilidades naquela década, não acontecia o mesmo ao setor dos bancos, que acabara por crescer mais e mais em termos de dimensão, já que os mesmos sobreviviam com a imensa receita inflacionária da época somado a uma taxa de juros elevada fazendo com que atraísse investidores a manter e comprar títulos nacionais o que foi uma excelente combinação andando em conjunto posteriormente com a reforma de 1988 que traria mais bancos e mais liberdade as instituições financeiras oferecerem seus serviços

Tabela 1 – Número de Bancos (1988-1994)

Ano	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Número de Bancos	124	196	229	236	245	253	246

Fonte: Adaptado de: FRANCO (2019)

Mesmo com uma expansão em número de instituições financeiras, o setor privado acabava por entrar em uma situação mais delicada, pois graças a atratividade dos títulos públicos fazia com que os investidores optassem diretamente pelos bancos públicos (CARVALHO, 2000).

A hiperinflação trouxe bons números para essa nova reforma trazendo um aumento expressivo de novos bancos de pequeno médio e grande porte como vemos no gráfico a cima, o setor financeiro não só sobreviveu a situação delicada das altas taxas inflacionárias como demonstrou bastante desenvolvimento no final da década de 1980.

A conexão entre a quantidade de bancos e o contexto existente de hiperinflação é observado principalmente quando conceituamos o seu significado, com a definição inicial, que indica um cenário de hiperinflação iniciando no mês em que a inflação atinge 50% e se encerra no próximo mês em que cai abaixo desse índice (FRANCO,2017).

O mesmo autor ainda indica que, o fenômeno de hiperinflação é apresentado historicamente de uma forma comum, em vários continentes e quase sempre conectados, com exceção do Brasil, com revoluções, guerras ou até grandes desastres naturais. No contexto brasileiro, a conexão da hiperinflação se deu muito por questões de erros de gestão, resultados de escolhas econômicas equivocadas.

A amplitude desse fenômeno é descrita de acordo com a figura abaixo, que também externa um indicativo que mostra apenas 4 meses de hiperinflação no Brasil, desconsiderando o período de congelamento de preços, ocorrido em cinco momentos distintos, entre 1986 e 1991, fato que aponta para a análise histórica e qualitativa, não apenas quantitativa.

Figura 1 – Hiperinflação em diversos países em %

Países	Período		Duração (em meses)	Taxa de inflação		
	Início	Fim		Acumulada	Média	Pior mês
Áustria	out/21	ago/22	11	6.878	47	134
Alemanha	ago/22	nov/23	16	10.115.776.266	322	32.400
Hungria	mar/23	fev/24	10	4.301	46	98
Polônia	jan/23	jan/24	11	69.886	81	275
União Soviética	dez/21	jan/24	26	12.399.023	57	213
China	set/45	mai/49	44	10.434.703.221.306	78	2.565
Grécia	nov/43	nov/44	11	2.197.771.119	365	8.500.000
Hungria	ago/45	jul/46	12	$3,8 \times 10^{27}$	19,8	$4,2 \times 10^{15}$
Argentina	mai/89	mar/90	11	15.167	62	197
Bolívia	abr/84	set/85	18	97.282	52	183
Brasil¹	dez/89	mar/90	4	693	70	81
Nicarágua	jun/86	mar/91	58	11.895.866.143	31	261
Peru	jan/89	set/90	21	573.377	51	412
Angola	dez/94	jun/96	19	62.446	36	84
Congo	out/91	set/92	12	7.689	35	114
Congo	nov/93	set/94	11	69.502	65	250
Armênia	out/93	dez/94	15	34.158	45	438
Azerbaijão	dez/92	dez/94	25	41.742	23	64
Geórgia	set/93	set/94	13	76.219	66	211
Tardjiquistão	abr/93	dez/93	9	3.636	36	177
Tardjiquistão	ago/95	dez/95	5	839	63	78
Turcomenistão	nov/95	jan/96	3	291	56	63
Ucrânia	abr/91	nov/94	44	1.864.714	15	285
Sérvia	fev/93	jan/94	12	156.312.790	54	175.093
MEMO						
Brasil²	abr/80	mai/95	182	20.759.903.275.651	16	81

Fonte: FRANCO (2017)

3 PLANO REAL E SUA IMPLEMENTAÇÃO

Para se caracterizar o plano real é preciso analisar alguns fatores que impulsionaram sua criação. O Brasil convivia, no governo do presidente Itamar Franco, com a ruptura do projeto desenvolvimentista, vinda do regime militar, que fez com que a dívida externa do país disparasse. As questões externas do país passaram a ser desfavoráveis na época, com a elevação dos preços internacionais do petróleo juntamente com uma forte alta na taxa de juros dos EUA (IANONI,2009).

Para se chegar à situação em que o Brasil atingiria um estado de hiperinflação, é preciso analisar a primeira crise do petróleo, que ocorreu em 1973, quando os países árabes, membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), resolveram, em comum acordo, aumentar de forma substancial o preço médio do barril do petróleo, ocasionando assim em uma crise mundial que, conseqüentemente atingiu o Brasil com certa intensidade naquela época (DIAS,2021).

Ainda segundo a autora, essa crise levou o Brasil para um cenário extremamente desfavorável no âmbito econômico, pois ainda era uma nação absolutamente dependente das importações do petróleo. Esse contexto desfavorável se tornou mais agressivo, pois, o Brasil passava por um período de intenso crescimento industrial e econômico, denominado de “Milagre Econômico”.

Segundo Ianoni (2009), tal contexto provocou o início da hiperinflação no final da década de 1970, levando o Brasil para uma recessão no começo dos anos 1980, entre os anos 1981-1983. Já entre 1979 e 1991, o Brasil passou por doze planos de estabilização monetárias, todos sem sucesso efetivo para frear a hiperinflação, porém acumulando aprendizados que resultaram no Plano Real, em 1994. Esse plano, visto de forma mais técnica, acabou por oferecer um misto de ideias estruturalistas cepalinas com um viés mais neoliberal.

Em sua essência, os planos visavam combater um mal que insistia em permanecer no cenário econômico brasileiro: a inflação. Três planos se destacaram em tentativas a esse combate, eles foram, os Plano Cruzado e Plano Collor, que com seus fracassos e sucessos, acabaram por deixar um legado de aprendizado, que facilitou na concepção do terceiro plano, o Plano Real, projetando-se em um cenário mais definitivo (ZORTÉA, 2015).

Ainda de acordo com o autor, o mesmo descreve os Planos Cruzado e Collor da seguinte forma:

O Plano Cruzado foi implantado em 1986, visou combater um período intensamente inflacionado, além de facilitar o surgimento de reformas econômicas. O cenário era de uma inflação de 240% em 1985, com uma média de 100% ao ano, na década de 1980. Teve como principais medidas: congelamento de preços e salários; desindexação da economia; reforma monetária e conversão de todos os contratos vigentes para a nova moeda. O Plano Cruzado teve sucesso em teoria no combate à inflação, reduzindo em 1986, para 13%. Em contra parte, na prática o consumo cresceu de forma exponencial, de tal forma que a produção não conseguia acompanhar, gerando desabastecimento e conseqüente quebra do congelamento de preços, desencadeando assim em mais um ciclo de hiperinflação.

Já o Plano Collor 1 e 2 Foi a medida mais drástica, analisando todos os planos de estabilização econômicas tentados desde 1979. O Plano Collor foi implantado em 1990 se estabeleceu teoricamente na MP168, que veio a se tornar lei e basicamente estabelecia a volta do Cruzeiro como moeda nacional, bloqueio de bens financeiros como a poupança, onde era apenas permitido o saque de cinquenta mil cruzados novos, ficando o restante aos cuidados do governo durante 18 meses, prometida a devolução no 19º mês, em 12 parcelas, o que veio a ser uma extrema polêmica no período. Mesmo com medidas duras, o Plano Collor conseguiu, assim como o Plano Cruzado, rápido êxito na redução da inflação, mas veio perdendo força por conta de alguns fatores como a desaceleração industrial e o PIB em recessão. O fracasso do Plano se deu muito por conta da desconfiança estabelecida pelo bloqueio financeiro e também pela expansão da base monetária. Não existe um indicativo temporal que demonstre quando o Plano Collor se esgotou, tendo como único indicativo, o surgimento do Plano Real.

Dessa forma, a concepção do Plano Real foi um esforço decorrente de lideranças políticas que mobilizavam um notável potencial técnico capaz de tomar ações estratégicas baseadas em fortes bases neoliberais. Com a implementação do Plano Real, o Brasil venceu o monstro da hiperinflação, o que foi extremamente positivo para muitos setores e não tão interessante para outros.

Tendo em vista do que foi levantado anteriormente com as questões de definição da hiperinflação, faz se necessário explorar a compreensão inicial do que vem a ser o “float bancário”, que se caracterizava pelos ganhos obtidos pelos bancos, utilizando assim, dos depósitos em contas de clientes, atrasando os recebimentos dos correntistas, que não eram remunerados por qualquer tipo de investimento investido pelos bancos. Fazendo assim, o dinheiro “flutuar”, sendo investido pelas instituições bancárias e gerando uma receita que tinha como base a hiperinflação vigente antes da implementação do Plano Real (RIBEIRO; TONIN,2010).

Ainda segundo, Ribeiro e Tonin (2010), é exposto que o Plano Real, ao estabilizar esse cenário de hiperinflação, então existente, automaticamente obrigou às instituições bancárias a lidar com alternativas para substituir a lucratividade proporcionada pelo floating, tendo em vista a estabilização dos preços trazida pelo Plano Real, assim, tendo um impacto direto na taxa de lucros não apenas através das receitas inflacionárias, mas também do spread, que pode ser conceituado como a diferença percentual entre a taxa cobrada pelos bancos ao emprestar dinheiro e a taxa recolhida através dos seus investimentos.

Dessa forma, o Estado precisou intervir através do Ministério da Economia, para criar alternativas frente a esse novo contexto que se apresentava, mesmo que, a princípio suas

ações tenham contribuído para um maior risco de quebra do sistema bancário como por exemplo a exigência de capital mínimo na forma de retenção de 8% das operações a vista dos bancos (DE PAULA; MARQUES, 2006).

3.1 Efeitos do Plano Real no sistema bancário

Mesmo com seu sucesso em diversos seguimentos, o plano real encaminhou o Brasil a um grande desequilíbrio da sua balança comercial, com uma explosão de demanda, o país se viu obrigado a desvalorizar a sua moeda para frear déficits comerciais e impedir uma forte crise financeira.

Segundo Gremaud e Vaconcellos (1996), que apontam que a principal política econômica pós-plano real tentaria controlar a demanda e desestimular processos especulativos, mantendo as taxas de juros elevadas, o BACEN estabeleceu diversas medidas para frear a expansão do crédito, solicitando um aumento do imposto sobre operações financeiras e aumento na taxa de juros, mudanças essas que causaram medo ao setor financeiro em uma economia recém estabilizada.

Segundo Corazza (2000) as crises bancárias ocorrem com mais frequência no auge da economia, pois existe uma forte ligação entre os banqueiros a emprestar e assumir riscos, e aos períodos de expansão. Já que uma euforia máxima em um país com uma economia recentemente modificada pode trazer um grande problema, visto que fatores microeconômicos como a fragilidade dos próprios bancos em relação a drásticas mudanças recentes podem acarretar em diversos problemas, como dificuldades em pagamentos e principalmente um envolvimento de grande parte de recurso público.

Inicialmente, os bancos, numa ação conjunta buscaram se reorganizar. Ocorreu corte de pessoal e mais investimentos em tecnologia da informação, trazendo também, uma redução no número de agencias físicas e aumento nos postos de autoatendimento, que quintuplicaram em sua quantidade, no ano de 1994 até 2001.

Com a perda das receitas inflacionárias, o Banco Central socorria as instituições federais com urgência. O SFN precisou estabelecer um valor mínimo de capital para as instituições financeiras nacionais, entretanto o limite mínimo estabelecido para as instituições financeiras estrangeiras era 100% superior comparado as nacionais. Com a necessidade gritante de frear as instituições nacionais, foi estabelecido um patrimônio líquido ajustável que recebia reajustes recorrentes para que novas instituições que ingressassem no mercado

não tivessem um perfil mais agressivo assim que fossem compor os seus ativos (FORTUNA, 2002).

4 MEDIDAS DE REESTRUTURAÇÃO BANCÁRIAS

Os efeitos da implementação do plano real, em conjunto com a perda do floating e a restrição de crédito demonstrava a eminência de uma crise a ser contida. Um dos métodos iniciais foi uma cobrança adicional ou maior aos clientes e investidores dos próprios bancos por taxas e serviços, algo que ocorre com forte presença nos dias de hoje. Com a necessidade de se manter, as instituições também apostaram em investimentos externos e um aumento ainda maior na cobrança de juros pois sem a receita inflacionária e com o BACEN freando a expansão de crédito, um aumento ainda maior na cobrança de juros em empréstimos seria uma boa opção.

Entretanto, mesmo com essas propostas iniciais para conter uma crise não foram benéficas para manter um setor inflado por inúmeros bancos, dessa forma o Governo Federal precisou intervir diretamente e criar planejamentos e programas, que trouxessem processos envolvendo diretamente o BACEN para gerenciar as incorporações, privatizações liquidações ou fusões de diversas instituições que não estivessem conseguindo a estabilização, sendo assim contrário as ideologias da reforma bancária de 1988 e buscando uma concentração bancária mais presente e melhor reestruturada.

Em frente às dificuldades bancárias durante o começo do plano real foi emitido pelo Ministério de Estado da Fazenda em março de 1995 uma exposição de motivos para o equilíbrio das instituições públicas e privadas, segundo, Gomes Vieira, Pereira e Amaral Pereira (2012) as medidas de reestruturação passaram por 3 fases, sendo a primeira o próprio plano real com apoio do programa PROER em que os bancos mais sólidos absorviam instituições em dificuldade, a segunda fase foi o programa PROES que incentivava a entrada de bancos estrangeiros na economia nacional e a terceira em que houve a reforma no modelo operacional dos bancos brasileiros.

4.1 Programa de Estimulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER)

Em 1995 após o Banco Central criar o Programa de Estimulo a Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, ou, PROER, um ano após a implementação do plano real, o mesmo teve como objetivo utilizar desse novo programa para executar uma transferência de controle, fazendo com que diversas instituições financeiras menores que estivessem com problemas para uma dissolução após uma economia nova e recém estabilizada, fossem absorvidas ou liquidadas, diretamente atuadas pela ação do BC, a partir de uma reorganização operacional societária e administrativa.

Dessa forma, o PROER acabava garantindo liquidez e possibilitando uma solução para o Sistema Financeiro, assegurando assim os interesses de demais investidores aos bancos nacionais e protegendo os investimentos da união. O programa configurou-se trazendo linhas especiais da seguinte forma de acordo com a resolução N° 2208/95:

I - linha especial de assistência financeira vinculada a: a) títulos ou operações de responsabilidade do Tesouro Nacional ou de entidades da administração federal indireta; b) perdas decorrentes do processo de saneamento; c) gastos com redimensionamento e reorganização administrativa e decorrentes de reestruturação e modernização de sistemas operacionais; d) desmobilização de ativos de propriedade da instituição financeira dele participante; e) reestruturação da carteira de ativos ou do passivo da instituição financeira dele participante. (Incluída alínea “e” pela Resolução 2253, de 06/03/1996).

II - liberação de recursos do recolhimento compulsório/encaixe obrigatório sobre recursos à vista para aquisição de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) de emissão de instituições participantes do PROER;

III - flexibilização do atendimento dos limites operacionais aplicáveis às instituições financeiras;

IV - diferimento dos gastos relativos aos custos, despesas e outros encargos com a reestruturação, reorganização ou modernização de instituições financeiras.

É afirmado por Andrezo e Lima (2002, p 254) que “O Proer foi instituído com a finalidade de permitir ao BACEN uma atuação preventiva e recuperadora das instituições financeiras...”. Um dos mais famosos programas elaborados pelo governo da época do então presidente Fernando Henrique Cardoso, os autores comentam que:

Uma das medidas mais importantes tomadas pelo governo brasileiro na reestruturação de seu sistema financeiro foi o esforço feito em relação às fusões, aquisições, incorporações e transferência de controle acionário, intensificado com o programa Proer instituído em novembro de 1995... Este

programa consiste na criação de uma linha especial de auxílio financeiro para a reorganização administrativa, operacional e acionária das instituições financeiras. (AVERBUG e GIAMBIAGI, p31, 2000)

4.2 Programa de Estimulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROES)

O Programa de Incentivo à redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária, ou, programa econômico PROES, lançado no início de 1997 também teve forte impacto após sua implementação, passando por uma série de dificuldades operacionais, sendo um programa bastante lento. Como tinha o objetivo da privatização de diversos bancos estaduais, era detalhadamente complicado analisar a situação de cada banco e suas prioridades a ponto de decidir o modelo de privatização mais apropriado para os mesmo, principalmente por conta da Instituições Financeiras Públicas Estaduais (IFPEs) que detinha o controle de diversos bancos múltiplos estaduais em diversos estados, onde defendiam uma política de que os recursos públicos provenientes do estado gerados pelos bancos, deveriam permanecer no próprio estado, mas a vinda do Plano Real e uma péssima administração fez com que diversos bancos declarassem falência e fossem liquidados.

O programa configurou-se trazendo linhas de financiamento aos estados da seguinte forma de acordo com a resolução N°2365/97:

- I. Possuirá linhas especiais de assistência financeira vinculadas a títulos ou direitos relativos a operações de responsabilidade do Tesouro Nacional ou de entidades da Administração Pública Federal Indireta, sujeita a encargos financeiros equivalentes aos impostos no protocolo firmado entre o Governo Federal e o Estado, esclarecendo que tanto a variação do índice de preços que compõe o encargo financeiro quanto os juros serão capitalizáveis mensalmente
- II. Reestruturação da carteira de ativos e ou passivos de instituição financeira estadual, sujeita a encargos financeiros equivalentes aos fixados entre o Governo Federal e o Estado, mostrando que tanto a variação do índice de preços que compõe o encargo financeiro quanto os juros serão capitalizáveis mensalmente,
- III. Linhas especiais sujeitas a encargos financeiros equivalentes a Taxa Básica do Banco Central (TBC)

Com o Banco Central buscando uma relação retilínea com a IFPEs a fim de migrar para uma centralização maior do setor bancário brasileiro, a execução do programa foi de um caráter extremamente lento, era necessário desde o começo, pois era precisa uma presença em negociação política, avaliações rígidas sobre o estado de cada banco e qual a melhor

forma de privatização que seria adotada por ele, se era a liquidação, extinção ou até o saneamento, a melhor opção para aquele banco, ou seja um diagnóstico preciso da situação de cada banco, além da questão demográfica de se analisar dezenas de instituições financeiras em diversos de estados no país fazia com que esse programa fosse extremamente difícil de ser executado na prática.

5 METODOLOGIA

Este presente artigo parte de uma abordagem mais descritiva, que segundo Silva e Menezes (2000), levanta uma análise, uma coleta de dados e observações sistemáticas do tema proposto. Trata-se também de uma revisão bibliográfica com o objetivo de reunir ensinamentos de outros trabalhos e fundamentar teoricamente a definição temática do projeto. Dando objetivos para proporcionar uma melhor compreensão em volta deste conceito.

Segundo Boccato (2006), visualiza-se a seguir uma breve definição de uma pesquisa bibliográfica:

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação (BOCCATO, 2006, p. 266).

Sendo assim, para proporcionar a formação desse projeto foram retirados dados expostos pelos livros, artigos científicos virtuais retirados do google acadêmico que ajudaram a formar uma base científica neste estudo, formando um trabalho com viés descritivo, qualitativo e quantitativo que aponta uma relação a questões históricas e de produtividade do SFN (Sistema Financeiro Nacional) antes (após reforma de 1988) e após a quebra da receita inflacionária depois da implementação do Plano Real.

Também foi observado as ações tomadas pelo governo instituições bancárias após a implementação do plano, a partir do primeiro semestre de 1994, sendo visto assim no presente artigo, a forma como os programas de reestruturação operaram e influenciaram na praticidade das instituições financeiras que foram liquidadas ou que declararam falência por conta da crise.

Além dos demais citados anteriormente, também, serviu de utilização de pesquisa no projeto, fontes primárias de conteúdo, trabalhando mais a fundo com teses universitárias, livros relatórios, resoluções de leis e também relatórios do BACEN (Banco Central do Brasil), SciELO, artigos científicos e outros. Ajudando a trazer uma credibilidade, segurança e relevância a pesquisa.

6 CONCLUSÃO

O principal fator transformador do modelo operacional por parte dos bancos brasileiros, tendo em vista a implantação do Plano Real, foi a busca por alternativas frente às perdas inflacionárias. A hiperinflação presente ao longo da década de 1980, tornou-se importante fonte de lucratividade para os bancos, que tiveram que se reorganizar perante uma nova organização financeira que veio em conjunto com a nova moeda, o Real.

A partir dos levantamentos feitos neste trabalho, pode-se ver que o cenário externo que se apresentava naquela época era volátil, que acabou resultando numa crise bancária considerável em 1995 e que contribuiu para provocar rápidas reações para planejamentos que já estavam sendo pensados e inicialmente executados. Além do modelo operacional que estava sendo analisado de uma forma diferente para cada instituição bancária existente no país, a nível macroeconômico, o Ministério da Economia em conjunto com o Banco Central passou a repensar o papel dos bancos brasileiros e concluiu que eles, através de seus déficits, traziam uma contribuição negativa extensa para o déficit público dos Estados e também da União. Assim, foi posto em prática a necessidade de repensar a viabilidade de vários bancos atuantes na época, como também a maneira como eram geridos.

A modificação do estilo de operacionalização bancária coincidiu com uma maior internacionalização do setor, com uma abertura possibilitada através de regulamentações dadas pelo Estado, o que também trouxe fontes de renda diferentes em conjunto com conhecimentos técnicos mais atuais e necessários para essa nova modificação, reduções drásticas na quantidade de agências físicas bancárias, uma maior participação de taxas para operações, foram mudanças essas ofertadas como opções, em um período de transição, que lutava em contrapartida a monopolização das receitas inflacionárias feitas pelas instituições bancárias antes do Plano Real.

O acontecimento na forma de aquisições e posteriormente fusões, gerados pela União com medidas de reestruturação planejadas, como por exemplo, os programas PROER e

PROES, alimentou naturalmente um outro fenômeno que é observado ainda nos dias atuais, que se trata da intensa concentração bancária, ao mesmo tempo que, conseqüentemente, elevou o nível de rentabilidade média de cada instituição bancária.

Foi posto em prova nesta pesquisa, que o Plano Real foi o plano definitivo no sentido de estabilização econômica para o nosso país, mas, também se pode afirmar que o plano foi resultado final de um processo em meados dos anos 1980, mais especificamente após o fim do Regime Militar. O processo inicial foi com o Plano Cruzado, em 1986, já com o objetivo principal de reduzir a situação de hiperinflação e trazer uma aproximação maior com o setor privado, através de uma maior oferta de crédito se obtivesse êxito em reduzir a hiperinflação, algo que funcionou de início, mas a longo prazo não possuiu estabilidade, assim como nos planos posteriores como o último plano antes do Real, o Plano Collor em 1990.

Acompanhando essa tendência, a presente pesquisa demonstra que tais planejamentos levaram ao Plano Real, cuja queda da inflação proporcionou a evidente fragilização do sistema bancário brasileiro, onde muitos bancos quebraram até que se chegasse a um ponto de estabilização, esse ponto de estabilização foi dado muito por conta da intervenção estatal, seja com aportes financeiros diretamente pelo Banco Central, seja com marcos regulatórios que proporcionaram uma maior abertura de capital estrangeiro para aquisições e privatizações desses bancos e com a ajuda dos programas de reestruturação, anteriormente citados nesta pesquisa.

A inflação, que sempre foi vista como um mal a ser combatido pela sociedade, para os bancos quanto maior fosse seu índice, melhor, tanto no sentido operacional, quanto no sentido da lucratividade. A estabilização monetária, forçou o setor bancário a sair da sua zona de conforto e se reestruturar em suas bases, em meio a essa crise. Como uma questão de sobrevivência no mercado, as instituições expandiram as operações de crédito como forma de substituir os juros perdidos com a queda da sua gigantesca receita inflacionária, essa substituição de fonte de receita pode ser vista até os dias de hoje, com a liquidação, falência ou fusão de diversas instituições bancárias que ficaram no passado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ilton dos Santos. **Avaliação e desempenho do sistema bancário brasileiro: 1988 /1996**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

ANDREZO, Andrea Fernandes; LIMA, Iran Siqueira. **Mercado financeiro: aspectos históricos e conceituais**. São Paulo: Piorenira, p250-270, 2002.

AVERBUG, A.; GIAMBIAGI, F. **A crise brasileira de 1988/1999 - origens e consequências.** Rio de Janeiro, maio, p31, 2000.

BACEN, Banco Central do Brasil. **Resolução nº 2208/95.** Disponível em <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1995/pdf/res_2208_v2_L.pdf> Acesso em 20.10.22.

BACEN, Banco Central do Brasil. **Resolução nº 2365/1997.** Disponível em <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1997/pdf/res_2365_v2_1.pdf> Acesso em 20.10.22

BANCO CENTRAL DO BRASIL, **Boletim do Banco Central do Brasil – Relatório 1997,** Vol. 34, p. 01-216, Out.1998. Disponível em: <<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.bcb.gov.br/pec/bol/etim/banual97/rel97-p.pdf&ved=2ahUKEwiMy7f09L37AhU1LbkGHT42CuoQFnoECA0QAQ&usg=AOvVaw1cHnDiR61ZRcwKlSPpdZye>> Acesso em 20.10.22.

BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação.** Ver. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006. Disponível em <https://arquivos.cruzeirosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_odontologia/pdf/setembro_dezembro_2006/metodologia_pesquisa_bibliografica.pdf> Acesso em 22.11.22.

BRASIL. **Resolução nº 1.524, de 21 de setembro de 1988.** Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1988/pdf/res_1524_v8_P.pdf> Acesso em 9.5.2021

CARVALHO, F. J. C. **New Competitive Strategies of Foreign Banks in Large Emerging Economies: The Case of Brazil.** IE/UFRJ, Grupo Moeda e Sistema Financeiro, mimeo. Publicado em Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review, v. 53, n. 213, p. 135-170, 2000. Central do Brasil, 2019. 160 p. ; 23 cm – (Coleção História Contada do Banco Central do Brasil)

CORAZZA, Gentil. **Crise e Reestruturação Bancária no Brasil.** 2000

DE PAULA, L. F. R.; MARQUES, Maria Beatriz Leme. **Tendências recentes da consolidação bancária no Brasil.** Revista Análise Econômica, Porto Alegre, v. 24, n. 45, p. 235-263, 2006.

DIAS, S. M. **Os efeitos da crise do petróleo na política externa brasileira durante o governo Geisel.** Fronteira: revista de iniciação científica em Relações Internacionais, v. 20, n. 39, p. 25-47, 13 set. 2021. Disponível em <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/22408/>> Acesso em 31.10.22

FORTUNA, E. **Mercado Financeiro: Produtos e Serviços.** 15ª Ed., Rio de Janeiro, Qualitymark, 2002.

FRANCO, Gustavo. **Banco Central do Brasil** – Brasília : Banco Central do Brasil, 2019. 160 p. ; 23 cm – (Coleção História Contada do Banco Central do Brasil; v. 22).

FRANCO, G. H. B. **A Moeda e a Lei**: Uma história monetária brasileira, 1933-2013. Zahar Editora, 2017. 1º Ed., 848 P.

GREMAUD, Amaury Patrick e VASCONCELLOS, M A S e TONETO JUNIOR, R. **Economia brasileira contemporânea**: para cursos de economia e administração. São Paulo: Atlas, 1996.

IANONI, M. **Políticas Públicas e Estado**: o Plano Real. Lua Nova Revista de Cultura e Política, n. 78, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci>> Acesso em 30.09.22

VIEIRA, J.; PEREIRA, H.; PEREIRA, W. **Histórico do Sistema Financeiro Nacional**. Revista Científica e-Locução, v. 1, n. 02, p. 17, 28 dez. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.faez.edu.br/index.php/e-Locucão/article/view/102/83>> Acesso em 20.09.2022

RIBEIRO, O. F. R., & TONIN, J. M. (2010). **Análise da concorrência bancária no Brasil pós plano Real**. Textos de Economia, 13(2), 59-86. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/2175-8085.2010v13n2p59>> Acesso em 22.10.22

SILVA, E. L., MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Catarina, Florianópolis: Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa, 2000

ZORTÉA, Cristiano. **Análise dos planos econômicos brasileiros**: fracassos e sucessos. Trabalho de conclusão de graduação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Curso de Ciências Econômicas, 2015. Disponível em <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/140372>> Acesso em 7.10.22.